



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Processo nº 1077093

Ofício nº 16.355/2020 – Secretaria da 2ª Câmara

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Substituto Victor Meyer,

VITTORIO MEDIOLI, brasileiro, casado, prefeito, CI M-1.065.297, CPF nº 253.590.966-91, com endereço profissional à Rua Pará de Minas nº 640, Bairro Brasiléia, em Betim/MG, CEP 32.600-412; **GILMAR LEMBI MASCARENHAS**, brasileiro, divorciado, secretário municipal, CI M-1.014.667, CPF nº 264.210.896-15, com endereço residencial à Rua Doutor Hélio Mourão, nº 172 CS, Bairro Filadélfia, em Betim/MG, CEP 32.670-162; **LEVY BOAVENTURA**, brasileiro, casado, superintendente de receitas, CI MG-657.726, CPF nº 221.491.556-72, com endereço profissional à Rua Pará de Minas nº 640, Bairro Brasiléia, em Betim/MG, CEP 32.600-412, vem pela Procuradoria-Geral do Município, respeitosamente, a V. Exa., nos autos do Processo Administrativo nº TCE/1077093/2020, dessa Egrégia 2ª Câmara, em atendimento ao disposto no Ofício nº 16.355/2020, de 22 de outubro de 2020, para apresentar DEFESA em relação aos fatos descritos no Relatório de Auditoria da Diretoria de Controle Externos dos Municípios, o que se faz da forma que se segue:





I – DA TEMPESTIVIDADE DA DEFESA

Inicialmente, cumpre informar que o prazo para atendimento da citação foi de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento, que ocorreu em 29/10/2020, uma quinta-feira, pelo que, o prazo iniciou-se no primeiro dia subsequente útil, qual seja, 30/10/2020, uma sexta-feira.

Considerando que o art. 231, do Código de Processo Civil estabeleceu que os prazos começam a correr da data da juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação se der pelo correio.

Considerando, ainda, que os prazos processuais devem ser fixados em dias úteis, nos termos do art. 219, do Código de Processo Civil.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Trata-se de apontamentos de irregularidades apuradas pela Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no qual se concede prazo para apresentar defesa, sobre os achados identificados nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, pela equipe da Diretoria de Controle Externos dos Municípios.

II.1 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL NÃO SE ENCONTRA CONSOLIDADA E ADEQUADAMENTE DISPONIBILIZADA



A Legislação Tributária está consolidada e adequadamente disponibilizada, através do site do município de Betim, de acordo com o Memo. 080/2020 expedido pela Secretaria Municipal de Comunicação:

Memo. 080/2020

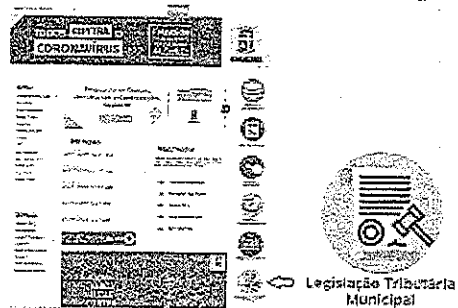
Betim, 19 de novembro de 2020

De: Secretaria de Comunicação
Bianca Christófori

Para: Procuradoria-Geral do Município
Bruno Cypriano
C/C: Divisão de Execução Fiscal
Adriano Anselmo Guimarães

Prezado(a) senhor(a),

com meus cordiais cumprimentos, informo que, conforme solicitado, já está disponibilizado no site da Prefeitura de Betim, em sua página inicial, o ícone com link para acesso à Legislação Tributária Municipal, em destaque no menu à direita, conforme imagem abaixo.



Atenciosamente,

Renata Garcia Silva
Assessoria Jurídica

Bianca Christófori
Secretária de Comunicação

Adriano Anselmo Guimarães
PROCURADORIA GERAL

Conforme se verifica no Memo nº80/2020, da Secretaria Municipal de Comunicação, no site www.prefeituradebetim.gov.br, do lado direito, o 6º (sexto) item refere-se à Legislação Tributária Municipal.


A transparência do Ente Público Municipal em regularizar o site, com a coletânea integral da Legislação Tributária Municipal está devidamente comprovada, pelo que, requer o indeferimento do



pedido de abertura de inquérito civil, com a extinção do presente procedimento.

II.2 DA NÃO UTILIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV VIGENTE NA APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU

O município de Betim, através do Processo Administrativo de Compras nº174/2013, contratou uma empresa de consultoria em engenharia de avaliação, para a elaboração de Planta Genérica de Valores, para fins de ITBI.




**Prefeitura de
BETIM**

SECRETARIA ADJUNTA DE
ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 110/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO "CONTRATANTE", O MUNICÍPIO DE BETIM, E DE OUTRO LADO, COMO "CONTRATADA", A EMPRESA ASTENG - ASSESSORIA TÉCNICA DE ENGENHARIA LTDA, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Vejamos o objeto do respectivo Contrato de Prestação de Serviços nº110/2013:



**Prefeitura de
BETIM**

SECRETARIA ADJUNTA DE
ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA II - DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - DO OBJETO

2.1.1 - É objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada em de serviços de consultoria em engenharia de avaliações na elaboração de planta genérica de valores imobiliários para fins de ITBI, conforme discriminado no Anexo I.



Utilizamos o mesmo valor apurado, para fins de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

Em 30 de dezembro de 2016, o município de Betim, visando a atualização devidos a fífulo de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, aprovou a Lei Municipal nº6.152/2016:

LEI Nº 6152, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTITUI PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DE TERRENOS E TABELA DE VALORES DAS CONSTRUÇÕES PARA CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA-IPTU E IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS-ITBI DO MUNICÍPIO DE BETIM, BEM COMO A TABELA DE ALÍQUOTAS DO IPTU E TABELA DE IPTU PARA IMÓVEIS UTILIZADOS PARA FINS RESIDENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

No art. 1º, da respectiva Legislação Municipal, determinou o valor do metro quadrado da área construída, para fins de pagamento de IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, senão vejamos:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana - IPTU incidente sobre imóveis utilizados para fins residenciais será lançado por valor de metro quadrado da área construída, considerado como valor real, estabelecido por esta Lei na Tabela de IPTU para Imóveis Utilizados para Fins Residenciais, Anexo IV.

§ 1º - Ficam isentos os contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana - IPTU incidente sobre imóveis utilizados para fins residenciais, cujas áreas construídas sejam iguais ou inferiores a 60 (sessenta) e cinco (cinco) metros quadrados, com área total ou fração ideal superior a 360 (trezentos e sessenta) metros quadrados, com área total ou fração ideal de até 360 (trezentos e sessenta) metros.

§ 2º - Para imóveis utilizados para fins residenciais, cujas áreas construídas sejam iguais ou inferiores a 60 (sessenta) e cinco (cinco) metros quadrados, com área total ou fração ideal superior a 360 (trezentos e sessenta) metros, será tributada pela diferença da área total do imóvel para 360 (trezentos e sessenta) metros, como terreno não edificado.

§ 3º - A Tabela estabelecida no § 1º deste Artigo somente terá validade para o (um) imóvel utilizado para fins residenciais por contribuinte, sendo que os demais serão tributados com base no Anexo IV.

§ 4º - Os valores constantes da Tabela de IPTU para Imóveis Utilizados para Fins Residenciais serão atualizados monetariamente anualmente pelo índice IPCA-E de 1997.

§ 5º - Os imóveis não descritos no caput do presente Artigo continuaram a ser disciplinados pelo art. 5º da Lei nº 2706, de 07 de maio de 1997.

§ 6º - Ficam isentos do pagamento do IPTU de imóveis utilizados para fins residenciais os contribuintes que comprovarem que estão desempregados, pelo período de até 3 (três) anos.

§ 7º - Os critérios para a concessão da isenção do contribuinte desempregado serão definidos por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e sobre o pagamento do valor devido em razão da suspensão da exigibilidade não incidirão multas ou juros.

§ 8º - Ficam isentos do pagamento do IPTU os moradores de garagens das Instituições de Ensino e de Saúde, desde que não sejam exploradas comercialmente. (Parágrafo 8º acrescentado ao art. 1º pela Lei nº 6283, de 26/12/2017).

cd



O Poder Legislativo Municipal autorizou, mediante a Lei Municipal, a cobrança de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com fulcro no metro quadrado de área construída.

Não é demais esclarecer que a forma de alteração de cobrança é mais razoável, isso porque, anteriormente se consubstanciava em padrão de acabamento.

Ocorre que o padrão de acabamento, atualmente, torna-se de difícil constatação, visto que a fiscalização não detém conhecimento técnico para apurar a qualidade do respectivo acabamento, por exemplo, qual piso de porcelanato possui qualidade superior e qual detém qualidade inferior; não há como diferenciar a qualidade de materiais utilizados.

Ademais, se não corrigisse a forma de cobrança do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, como foi realizado, ficaria impagável para inúmeros contribuintes, elevando, ainda mais, a inadimplência.

O art. 156, da Carta Magna de 1988 fixou:

Art. 156. **Compete aos Municípios** instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)



I - **ser progressivo** em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - **ter alíquotas diferentes** de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

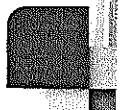
II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)(...)" (grifo nosso)

A Constituição Federal de 1988 outorgou ao Município a competência para fixar alguns impostos, dentre eles, o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

No entanto, os critérios não foram definidos pela Carta Magna de 1988, deixando ao Ente Público Municipal o exercício desta atribuição.

Ademais, o art. 32, do Código Tributário Nacional fixou:





SEÇÃO II

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior. (grifo nosso)

Conforme se verifica, o Código Tributário Nacional não fixou a forma de cobrança, deixando ao Município a respectiva competência, o que foi realizado pela Lei Municipal nº6.156/2016.

A metodologia utilizada pelo Ente Público Municipal visa receber os seus tributos com a máxima eficiência, sem impor impostos de forma a observar os princípios da capacidade contributiva e do não confisco.



A capacidade contributiva não pode ser apurada de forma como era realizada, mediante padrão de acabamento, visto que ensejava valores desproporcionais e injustos.

Aplicável ao caso o disposto no inciso IV, do art. 150, da Carta Magna de 1988:

"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

III - cobrar tributos:

(...)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco:

(...)" (grifo nosso)

O art. 150, inc. IV, da Constituição Federal de 1988 estabeleceu vedação ao legislador de instituir tributos que tenham cunhos confiscatórios.

O Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADMIMC 2.010/DF (relator Celso de Mello) fixou que o efeito confiscatório não deve ser observar apenas o tributo, de forma isolada, mas perquirir a carga tributária total imposta ao contribuinte por determinada pessoa política:

"Resulta configurado o caráter confiscatório de determinado tributo, sempre que o efeito cumulativo – resultante das múltiplas tributárias estabelecidas pela mesma entidade estatal – afetar, substancialmente, de maneira irrazoável, o patrimônio e/ou rendimentos do contribuinte". Esta linha de pensamento foi seguida no julgamento dos RE-AgR 386.098/MT, RE-AgR 414.915/PR e RE 395.882/MT.

No que concerne a Planta Genérica de Valores – PGV, para apuração da base de cálculo do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, informamos que o município de Betim está observando os





princípios do não-confisco e da capacidade contributiva dos municípios.

II.3 DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DA SELETIVIDADE E DA PROGRESSIVIDADE FISCAL DAS ALIQUOTAS DO IPTU

A Carta Magna de 1988 não estabeleceu a obrigatoriedade da seletividade para IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano.

Da mesma forma, o Código Tributário Nacional não fixou a obrigatoriedade de que o IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano seja estabelecido de forma seletiva.

Ademais, o art. 156, da Constituição Federal de 1988, determinou que o Ente Público Municipal PODERÁ instituir a progressividade e ter alíquotas diferentes, não sendo um dever, senão vejamos:

Art. 156. **Compete aos Municípios** instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I **poderá**: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - **ser progressivo** em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)



II - **ter alíquotas diferentes** de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) (grifo e negrito nosso)

Estando no âmbito da discricionariedade da Administração Pública Municipal, cabe ao respectivo Ente, definir a necessidade ou não da respectiva instituição, observando os demais princípios constitucionais e tributários.

O entendimento do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais viola o art. 2º da Carta Magna, ao tentar compelir ao Ente Público Municipal, em violação ainda ao princípio da legalidade, estabelece a seletividade e a progressividade.

A competência constitucional é do Ente Público Municipal, para verificar a necessidade ou não, pelo que, não pode haver interferência dos demais poderes quanto a realização da progressividade.

Assim sendo, requer o arquivamento do presente inquérito civil, visto que a competência fora fixada ao Ente Público Municipal, não havendo descumprimento, muito pelo contrário, a Administração Pública Municipal está cumprindo o Princípio da Discricionariedade.

II.3 INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECIFICA PARA REGULAMENTAÇÃO DA PROGRESSIVIDADE NO TEMPO DO IPTU

Repetindo o disposto no art. 156, da Carta Magna de 1988, o Ente Público Municipal PODERÁ instituir a progressividade e ter alíquotas diferentes, não sendo uma obrigação, senão vejamos:

Art. 156. **Compete aos Municípios** instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;





II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I **poderá**: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - **ser progressivo** em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - **ter alíquotas diferentes** de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

É discricionário à Administração Pública Municipal definir a necessidade ou não da respectiva instituição, observando os demais princípios constitucionais e tributários.

O entendimento do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais gera a violação do disposto no art. 2º da Carta Magna, além do princípio da legalidade.

A competência constitucional é do Ente Público Municipal, para verificar a necessidade ou não, pelo que, não pode haver interferência dos demais poderes quanto a realização da progressividade.

Assim sendo, requer o arquivamento do presente inquérito civil, visto que a competência fora fixada ao Ente Público Municipal, não havendo descumprimento, muito pelo contrário, a Administração Pública Municipal está cumprindo o Princípio da Discricionariedade.

II.4 NÃO PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL





O município de Betim tem priorizado a busca de recursos públicos, sem deixar de observar os princípios constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Inclusive, antes de 2016, não havia sequer a cobrança de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, tendo iniciada a exigibilidade em 2017, o que demonstra a priorização de recursos.

Ademais disso, houve uma elevação do número de Execuções Fiscais, além do aumento de inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e protestos.

Se não bastasse isso, a Administração Pública Municipal adquiriu programa que busca agilizar, ainda mais, as cobranças dos débitos inscritos na dívida ativa e, por conseguinte, distribuir execuções fiscais com mais rapidez e eficiência.

Outrossim, requer o arquivamento do inquérito civil, eis que a Administração Pública Municipal, desde 2017, tem priorizado a aquisição de recursos, com a atualização dos programas e cobranças mais rápidas dos valores inadimplidos referentes aos impostos, taxas e multas.

II.5 DO CADASTRO IMOBILIÁRIO DE CONTRIBUINTE NÃO FIDEDIGNO

O município de Betim realizou um convênio com o Cartório de Registro de Imóveis, visando atualizar o Cadastro Imobiliário, de forma fidedigna.



Esclarece-se que, com o respectivo convênio, os servidores detêm informações atualizadas, de forma direta, dos imóveis de propriedade do Ente Público Municipal, sem nenhum custo.

Diante do respectivo convênio, está sendo sanado os problemas do respectivo Cadastro Imobiliário.

Outrossim, requer o arquivamento do presente inquérito civil, eis que o Cadastro Imobiliário está sendo atualizado, em razão do convênio realizado com o Cartório de Registro de Imóveis.

II.6 INEXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DE PROCEDIMENTOS FISCALIZATÓRIOS DE MAXIMIZAÇÃO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN

O planejamento tem sido realizado e aprimorado pelo Ente Público Municipal, através de procedimentos fiscalizatórios de maximização de arrecadação dos seus tributos, inclusive com aprimoramento da forma de agilização da inscrição em dívida ativa e execuções fiscais.

Ademais, em pleno período de Pandemia, onde a maioria da população está desempregada, é totalmente confiscatório quaisquer medidas que causem aumento na arrecadação, em detrimento da coletividade.

O princípio da razoabilidade e da proporcionalidade deve ser aplicado ao presente caso, visto que o Ente Público Municipal está fazendo, dentro de suas condições orçamentárias, as reformas necessárias, sem causar impacto confiscatório na coletividade.

Outrossim, requer o arquivamento do presente inquérito civil.



II.7 COBRANÇA DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SEDE DE PROTESTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA

Os honorários advocatícios constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, previstos em Lei Federal, qual seja, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, confirmou no julgamento do REsp nº 1.218.508, por unanimidade, que os honorários advocatícios pertencem ao advogado e são devidos mesmo que a parte firme um acordo extrajudicial, sem a participação de seu advogado.

Por certo, o protesto é meio menos gravoso, comparado a todo o processo e custos que englobam a Execução Fiscal, não eximindo o sujeito passivo, no entanto, dos ônus administrativos de sua inadimplência, tais como juros, correção, multa de mora, honorários extrajudiciais, com amparo no art. 2º, §2º, da Lei Federal nº 6.830/80, e emolumentos do Cartório de Protestos.

No que se refere à previsão da Secretaria Adjunta da Fazenda também possuir autorização para realizar o protesto, previsto no Decreto Municipal nº 38.454/2015, ressalta-se que a Dívida Ativa era um Setor que, por Lei Municipal, estava vinculado àquela Secretaria.

No entanto, com o advento da Lei Municipal nº 6.158, de 27 de janeiro de 2017 que "Altera a Lei 5829, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública direta do Município de Betim e dá outras providências" a Seção de Dívida Ativa passou a integrar a estrutura da Procuradoria-Geral do Município.

O artigo 201, do Código Tributário Nacional fixou:





Art. 201. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Portanto, após esgotado o prazo fixado para pagamento, cabe à Dívida Ativa, que é uma Seção hierarquicamente vinculada à Procuradoria-Geral, as providências administrativas de inscrição e cobrança do crédito tributário, sendo de sua competência apenas realizar protesto ou execução segundo as recomendações dos atos de cobrança do Chefe de Divisão da Execução Fiscal que, de acordo com a Legislação Municipal, só pode exercido por Procurador Municipal, conforme Anexo II – Das Funções de Confiança - item 7, da Lei Municipal nº 6.158, de 27 de janeiro de 2017.

Quanto ao argumento da equipe de auditoria de que "... in loco que os servidores da Secretaria Adjunta de Fazenda realizam, de fato, o protesto, ..." este não procede, visto que, à época, os servidores Alex Antônio Marinho Pinto e Maiara Marcelino Ferreira, que também atuavam no protesto eram lotados na Procuradoria-Geral, documentação anexa.

Salienta-se que o equívoco da equipe de Auditoria consubstanciou-se no fato do servidor Alex Antônio Marinho Pinto ser de carreira, da Secretaria Adjunta de Fazenda. Ocorre que, em 01/02/2017, o mesmo foi nomeado para o cargo comissionado de Chefe Seção de Dívida Ativa, quando essa Seção já integrava a estrutura da Procuradoria-Geral do Município, tendo ocorrida sua exoneração do cargo em comissão no dia 6/12/2019.



Esclarecemos que após a aludida exoneração, foi retirado o acesso ao Cartório de Protesto daquele servidor e incluído o de Luhan Leandro Costa, permanecendo os demais acessos ao sistema, conforme anexo, que também pertence ao quadro de cargo comissionado da Procuradoria-Geral.

Os honorários advocatícios pertencem aos Procuradores Municipais, independente de Lei Municipal, eis que existe normativa Nacional e Federal a respeito, bem como decisão do Supremo Tribunal Federal.

Outrossim, requer o arquivamento do presente inquérito civil, pelas razões acima expostas.

III – DO PEDIDO

Diante do todo exposto, requerem que a presente defesa seja recebida, com o arquivamento do inquérito civil, pelas razões acima expostas, eis que o município de Betim tem se pautado nas normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, bem como os princípios pertinentes, para uma arrecadação tributária justa, sem causar confisco, observando a capacidade contributiva de seus munícipes.

Betim, 27 de novembro de 2020.

Ana Paula Flavina Silva Assis

Procuradora Municipal

OAB/MG 89.808

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

a.tecnica.progem@gmail.com

TELEFONE: (31) 3512-3412

RUA PARÁ DE MINAS, 640, BRASILEIA - BETIM | MG - CEP: 32600-412

